

Heronides Moura¹
heronides@uol.com.br

Giuseppe Freitas da Cunha Varaschin²
giuseppe.varaschin@gmail.com

O significado em Quine e Searle

Quine and Searle on meaning

RESUMO – Este artigo procura, primeiramente, apresentar as objeções de Quine à teoria mentalista do significado. Em seguida, tentamos mostrar que a rejeição de Quine não se baseia em bons argumentos, e que leva a certas incoerências. Por fim, apresentamos algumas alternativas mentalistas, em especial a teoria de Searle, na defesa da noção de significado em semântica.

Palavras-chave: significado, W.V. Quine, J. Searle, mentalismo, cognição.

ABSTRACT – This article hopes, primarily, to present Quine’s objections to the mentalistic theory of meaning. Then, we attempt to show that Quine’s rejection is not grounded on good reasons, and that it leads to certain incoherencies. Lastly, we present some mentalistic alternatives, specially Searle’s theory, sustaining that meaning is a useful notion in semantics.

Key words: meaning, W.V. Quine, J. Searle, mentalism, cognition.

Os iconoclastas do significado

Boa parte do pensamento do século XX se dedicou a uma exaustiva tarefa de iconoclastia. A última vítima desse ataque conceitual talvez seja a noção de significado, em especial a noção de significado como representação mental.

A ideia de que os significados das expressões e das sentenças correspondem a representações mentais recebeu uma primeira formulação mais elaborada no tratado que inaugura a disciplina da semântica filosófica, o *Peri Hermeneias (Da interpretação)* de Aristóteles:

Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma (...). Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons falados e caracteres escritos são originalmente signos, são as mesmas em toda parte [para todas as raças humanas], como o são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens. (Aristóteles, 2005, p. 81).³

É contra esse ponto de vista que se insurgirão autores importantes do século XX. Um primeiro ataque foi

desferido por John Dewey em seu *Experience and Nature*, cujo original data de 1925, segundo o qual “o significado não é, de fato, uma existência psíquica; é primariamente uma propriedade do comportamento, e, secundariamente, uma propriedade dos objetos”⁴ (Dewey, 1929, p. 179).

Outro golpe foi lançado pelo segundo Wittgenstein (1991), contra sua própria teoria da proposição do *Tractatus Logico-Philosophicus* e contra aquilo que ele denomina de “teoria agostiniana da linguagem”, que nada mais é do que o mentalismo tradicional; segundo ele, se usamos as palavras nas situações adequadas – de acordo com as regras de seu “jogo” –, não há nada mais com que se preocupar, pois somente nisso consiste o conhecimento do significado: considerações sobre as imagens mentais, que supostamente seriam necessárias para determinar as condições de satisfação de uma expressão, são em verdade irrelevantes, pois “a roda que se pode mover, sem que nada mais se mova, não pertence à máquina” (Wittgenstein, 1991, p. 100).

Behavioristas e positivistas lógicos, tais como Carnap e Schlick (1980) e Ayer (1986), rejeitaram o conceito de significado como representação. Estes autores

¹ Professor da UFSC e pesquisador do CNPQ. Email: heronides@uol.com.br

² Graduando em Letras da UFSC, orientando de Heronides Moura no TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Email: giuseppe.varaschin@gmail.com

³ Citamos a tradução feita por Edison Bini, publicada em 2005, e citada nas referências.

⁴ Tradução dos autores. No original: “Meaning is not indeed a psychic existence; it is primarily a property of behavior, and secondarily a property of objects”.

argumentaram que se os termos psicológicos podem ser traduzidos em linguagem fiscalista de “terceira pessoa” (para atender à exigência da teoria verificacionista do significado), não há espaço algum para essas entidades “privadas” de natureza mental, às quais somente teríamos acesso por meio da introspecção.

É na esteira de todos esses pensadores que surgirá Quine, como o crítico mais contundente da perspectiva mentalista tradicional. Segundo Quine (1969), o mentalismo pressupõe uma semântica ingênua, baseada no que ele chama de mito do museu. Neste museu semântico, as peças em exibição são os significados, e as palavras são as etiquetas. *Mudar as linguagens é mudar as etiquetas*⁵ (Quine, 1969, p. 27).

Boa parte da filosofia da linguagem de Quine se dedica à crítica deste “mito do museu” (que nada mais é do que o rótulo que ele aplica ao mentalismo). A outra parte da sua teoria é devotada à derivação das consequências implícitas na rejeição desse mito. O repúdio à distinção entre analítico e sintético, assim como as hipóteses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência, são algumas das conclusões a que, segundo Quine, a semântica – já vacinada contra o mito do museu – deve chegar. É sobre isso que discutiremos na seção seguinte. Depois, defenderemos que a rejeição quineana do significado não é justificada, e que sua alternativa behaviorista conduz a conclusões insustentáveis, a uma espécie de paradoxo pragmático que debilita sua própria teoria. Por fim, na última seção, apresentaremos a concepção mentalista do significado, em especial a teoria de Searle (1987; 1992; 2002).

O ataque de Quine ao significado.

No início de seu livro *Theories and Things*, Quine afirma que:

Nosso discurso sobre as coisas externas, nossa própria noção dessas coisas, são apenas aparatos conceituais que nos ajudam a prever e a controlar os disparos de nossos receptores sensoriais à luz de disparos prévios de nossos receptores sensoriais. O disparo, antes e depois, é tudo o que temos. (Quine, 1981, p. 1)

As entidades relevantes, segundo Quine, são as percepções (“os disparos de nossos receptores sensoriais”); todas as entidades postuladas posteriormente, só o poderão ser tendo em vista um acréscimo das *virtudes pragmáticas* da teoria: seu poder preditivo, sua simplicidade, sua elegância, etc. Como afirma o autor:

Como nós decidimos, a propósito do mundo real, que coisas há? Em última análise, eu penso, por considerações de simplicidade

e por uma suposição pragmática sobre como o sistema em geral vai continuar a funcionar em conexão com a experiência. (Quine, 1994, p. 223).⁶

Ou seja, o que de fato nos é “dado”, segundo Quine, são os estímulos sensoriais – que, no seu caso, não são descritos fenomenalisticamente como dados dos sentidos imediatamente evidentes para a consciência do sujeito, e sim em uma linguagem fiscalista, por exemplo, como o conjunto dos fotorreceptores acionados em um determinado momento. Ora, entre a “magra entrada e a saída torrencial”⁷(Quine, 1969, p. 83), isto é, entre o único tipo de evidência que de fato temos – as ativações nos nossos receptores – e nossa teoria – concebida sempre holisticamente – defrontamo-nos com a ânsia de “expandir a ontologia para simplificar a teoria” (Quine, 2011, p. 69), ao mesmo tempo em que cuidamos para não haver uma proliferação de entidades não necessárias.

Segundo Quine (2011), é no acordo entre a experiência e essas exigências pragmáticas que se decidirá a teoria e seus compromissos ontológicos. É neste contexto que se insere sua famosa asserção de que o esquema conceitual que versa sobre objetos físicos é comparável, epistemologicamente, àquele que inclui os deuses homéricos – os fundamentos epistemológicos de ambos os postulados não diferem em espécie, mas em grau apenas:

O mito dos objetos físicos é epistemologicamente superior à maior parte dos mitos na medida em que se mostrou mais eficaz do que outros como dispositivo para fazer operar uma estrutura manipulável no fluxo da experiência. (Quine, 2011, p. 69)

A questão que nos cabe levantar agora é a seguinte: e o mito do museu dos significados? É ele conveniente para a nossa teoria, como o mito dos elétrons, dos objetos físicos e das classes? Ou é supérfluo e ineficaz, de um ponto de vista pragmático, como o mito dos deuses homéricos? Os significados concebidos mentalisticamente não são parte do que poderíamos considerar como evidência empírica “pura” para uma teoria – até porque, se levarmos a sério sua refutação do dogma do reducionismo, consideraremos que toda sentença observacional está já, de início, eivada de linguagem teórica, e não pode ser compreendida separada de tal teoria. E, se não o são, devem ser postulados somente se contribuírem para as virtudes pragmáticas da teoria como um todo.

Quine (1969) argumenta que podemos dispensar os significados como entidades do mundo. Isso implica questionar a validade de se falar em significados quando se faz a análise das línguas naturais. Para ele, o discurso sobre significados é o calcanhar de Aquiles da semântica ingênua. E o mentalismo estaria ancorado nessa semântica ingênua.

⁵ No original, “To switch languages is to change the labels”. As traduções das citações de Quine foram feitas por Giuseppe Varaschin.

⁶ Tradução de Giuseppe Varaschin.

⁷ No original: “The relation between the meager input and the torrential output”.

Quine aponta algumas dificuldades que o mentalismo, em tese, enfrenta – a indefinição em que jazem seus conceitos, sua falta de clareza, etc. –, e pretende oferecer uma explicação alternativa para os fenômenos que o mentalismo se propunha a esclarecer.

As dificuldades que Quine imputa ao mentalismo são desenvolvidas, especialmente, no seu artigo *Dois Dogmas do Empirismo*. Neste escrito, ele argumenta que falta à noção de analiticidade qualquer critério claro de aplicação, e qualquer definição não circular. Em geral, um juízo analítico é definido como aquele que é “verdadeiro em virtude dos significados e independentemente dos fatos” (Quine, 2011, p. 38). Conforme Quine explica, essa linha de argumentação pressupõe que o conceito de “significado” já esteja suficientemente compreendido, para que, justamente, a analiticidade possa ser definida tomando-o por base.

Quine sugere que a noção moderna de significado (ou intensão) tem como precursora a noção aristotélica de essência: “o significado é aquilo em que se torna a essência quando ela se divorcia do objeto de referência e se une à palavra” (Quine, 2011, p. 40).

A questão da sinonímia

Mas qual seria, precisamente, a natureza desses significados, de que depende a definição do juízo analítico? Talvez a sinonímia – isto é, a igualdade de significado – seja um bom lugar para começar a abordar essa questão. O significado de uma expressão seria aquilo que ela compartilha com todas as expressões que lhe são sinônimas. Entretanto, “sinonímia” é também outro termo carente de condições de aplicabilidade precisas.

Podemos tentar definir a sinonímia, por sua vez, em termos da intersubstitutibilidade *salva veritate* dizendo que duas formas linguísticas são sinônimas quando podem ser substituídas, uma pela outra, em todos os contextos, sem alteração do valor de verdade. O problema dessa definição não é a falta de clareza ou precisão, seu problema é, ao invés disso, que acabamos com uma definição demasiado restritiva de sinonímia, de modo a não podermos afirmar, por exemplo, que “solteiro” e “homem não casado” compartilham o mesmo significado – haja vista que as duas expressões não são permutáveis em *todos* os contextos *salva veritate*. Há, por exemplo, a expressão “cabo solteiro”, na qual o termo “solteiro” não pode ser substituído por “homem não casado” sem alteração do valor de verdade. Ou seja, a sinonímia assim definida acaba não servindo ao motivo pelo qual a invocamos em primeiro lugar – isto é, para explicar o significado e a analiticidade – pois nós certamente queremos dizer que “solteiro” e “homem não casado” têm o mesmo significado.

Poderíamos, repara Quine, apelar à noção de analiticidade para definir a sinonímia, mas aí nos renderíamos de vez à circularidade, haja vista que o que queremos é

uma explicação da analiticidade em termos da sinonímia. A única saída parece ser definir a permutabilidade *salva veritate* relativamente a uma linguagem cuja extensão esteja especificada em aspectos relevantes (Quine, 2011, p. 50). No entanto, nesse tipo de linguagem, a intersubstitutibilidade não é garantia de igualdade de intensão, somente de igualdade de extensão – pois aí só são permutáveis expressões que coincidam extensionalmente. Não há como distinguir, nessa linguagem extensional, por exemplo, a intersubstitutibilidade que há entre “solteiro” e “homem não casado” daquela que há entre “criatura com rins” e “criatura com coração”: ambas se baseiam apenas em questões de fato, empíricas, por assim dizer. Por isso “a intersubstitutibilidade *salva veritate*, se concebida em relação a uma linguagem extensional, não é uma condição suficiente da sinonímia cognitiva no sentido de que se necessita para derivar a analiticidade” (Quine, 2011, p. 52). Por conseguinte, tampouco ela serve para obtermos qualquer esclarecimento a respeito da natureza do significado, tal como ele é concebido tradicionalmente.

Essa, definitivamente, é uma conjuntura desafortunada para a semântica compreendida como teoria do significado, alega Quine em seu ensaio *O Problema do Significado na Linguística*:

Na falta de uma explicação satisfatória para a noção de significado, os linguistas que trabalham no campo semântico se encontram na situação de não saber do que estão falando. (Quine, 2011, p. 73)

A habitual confusão entre significado e referência é o que nos induz a considerar o significado como algo “dado”. Não devemos, então, de acordo com Quine, procurar definir a significação de enunciados em termos de entidades mentais ou abstratas chamadas “significados”, pois, para ele, essa noção obscura não contribuiria em nada para a explicação dos fenômenos linguísticos.

Urge, então, esquadrihar um modo objetivo de explicar a sinonímia, a analiticidade e, principalmente, o fato de que certos enunciados significam.

Como observa Gibson (1986), Quine é, em geral, reconhecido por ter chegado a diversos resultados negativos, e pouco conhecido pelo seu esforço construtivo. Tal destino seria, de fato, injusto, pois Quine não nos pretende deixar desolados em um ceticismo absoluto acerca do significado, e sim fornecer uma outra maneira de compreendê-lo, que, supostamente, escaparia às dificuldades inerentes ao modo de ver mentalista.

A alternativa proposta por Quine – ao menos em alguns de seus trabalhos – parece ser o behaviorismo. Se o que precisamos é de uma teoria empírica do significado, devemos partir dos enunciados significantes, e não do significado dos enunciados. Quine sugere, em seu ensaio *Use and Its Place in Meaning*, que, para melhor compreender essa atitude teórica, tomemos o verbo “significar” como intransitivo:

Uma expressão significa; significar é o que ela faz, ou o que algumas expressões fazem. Dizer que duas expressões são semelhantes em significado, então, é dizer que elas significam semelhantemente. Algumas expressões soam parecido, outras significam parecido. É digno de nota que quando nós perguntamos pelo significado de uma expressão nós nos contentamos em receber como resposta uma outra expressão parecida com a primeira – semelhante a ela em significado. Nós não perguntamos por alguma coisa que as duas signifiquem. (...) Nós podemos desejar mais compreensão do que exatamente uma expressão faz quando ela significa, e como ela faz, mas nós não precisamos procurar alguma coisa que a expressão signifique – alguma coisa que seja significada. Nós não estamos tentados a tal se tomarmos “significar” como intransitivo. (Quine, 1981, p. 45)

Partir dos enunciados significantes em vez dos significados dos enunciados é adotar, simplesmente, um ponto de partida empírico, na visão de Quine.

A fim de desenhar uma teoria empírica do significado, ele restringe a sua análise às correlações entre estímulos externos e disposições para o comportamento verbal. A sinonímia, deste modo, é definida, para um indivíduo, através da sua “disposição a dar veredictos correspondentes quando duas sentenças forem inquiridas sob situações de estimulação idênticas” (Quine, 1981, p. 52).

A sinonímia para uma comunidade é definida em termos da sinonímia para cada indivíduo. E, por fim, a sinonímia entre palavras é definida em termos da permutabilidade *salva aequalitate* – ou seja, de modo que a substituição de uma por outra em sentenças de observação gere somente sentenças sinônimas. O significado de uma sentença ou de uma palavra pode ser definido então, nesses termos, como o conjunto de todos os seus sinônimos (Quine, 1981, p. 52).

É prudente notar aqui que Quine não pretende, ao apresentar sua teoria empírica do significado, satisfazer todas as intuições pré-teóricas que temos. Sua postura behaviorista tem como fim nos dar uma explicação científica e empírica da “realidade objetiva” (Quine, 2013, p. 39) do significado, despojada de todas as confusões e obscuridades dessa noção pré-teórica. Como bem resume Searle (1987):

Os estímulos são definidos inteiramente em função dos padrões de estimulação dos terminais nervosos, e as respostas, inteiramente em função de sons e padrões de sons que o falante está disposto a emitir. Mas não se deve pensar que entre o estímulo e a resposta verbal existam entidades mentais. Não se deve pensar que existam a consciência, a intencionalidade, pensamentos ou “significados” internos que associem os estímulos a produtos sonoros. Existem somente o padrão de estímulo e o padrão de resposta. (Searle, 1987, p. 123)⁸

Mesmo os mecanismos neurofisiológicos que, decerto, têm de estar presentes, são tidos como irrelevantes para uma teoria do significado, uma vez que “qualquer

mecanismo que associasse sistematicamente estímulo e resposta daria conta dessa tarefa” (Searle, 1987, p. 124).

Não é nem necessário negar, conforme a compreensão de Quine, que existam estados mentais internos, apenas devemos considerá-los, como o segundo Wittgenstein, inúteis para explicar a “máquina” que produz os significados. Se nos bastar, para explicar o significado de formas linguísticas, a simples associação aprendida entre estímulos e respostas, o princípio pragmático da economia nos impele a não postular mais nada, nenhuma entidade mental intermediária.

Enriquecemos a ontologia *somente* para simplificar a teoria. Se a concepção behaviorista de Quine nos explica todos os fenômenos que a noção tradicional do significado pretendia explicar, e se, de quebra, ela não é afetada pelas mesmas dificuldades que foram atribuídas ao “mito do museu”, então ele venceu definitivamente a disputa, e podemos dar a querela por encerrada.

Até aqui, procuramos expor a visão de Quine com a maior fidelidade possível, sem a intrusão de quaisquer objeções em meio aos seus argumentos. Nas seções seguintes pretendemos mostrar que, de fato, a questão não está encerrada, porque:

(a) A teoria quineana do significado não é suficiente para explicar tudo o que queremos que uma boa teoria do significado explique – ou seja, Quine não nos dá uma boa explicação do significado. Além disso, seguiremos Searle (1987) afirmando que, na verdade, Quine ofereceu uma *reductio ad absurdum* da alternativa behaviorista.

(b) A concepção mentalista não foi devidamente refutada pelas observações de Quine, pois há maneiras perfeitamente aceitáveis de reabilitá-la.

(c) O próprio Quine, ao colocar como tema as *raízes biológicas da linguagem*, parece ter insinuado, em certos momentos, que a abordagem behaviorista que ele diz querer adotar é deficiente como explicação do significado.

Searle e a posição mentalista

Searle (1987) sugere que se o behaviorismo quineano fosse verdadeiro, certas distinções que nós reconhecemos independentemente como válidas se perderiam. Nós sabemos que qualquer teoria do significado digna deste nome – seja ela mentalista ou não – deve se prestar a explicar por que, por exemplo, as expressões “coelho” e “parte não destacada de coelho” não têm o mesmo significado.

Se, por acaso, uma teoria – invocada, precisamente, para explicar fatos deste tipo – for incapaz de dar conta dessas distinções e afirmar que, na verdade, não há diferença alguma entre significar “coelho” e “parte não destacada de coelho”, ou mesmo entre nos referirmos a um

⁸ As traduções das citações de Searle (1987) foram feitas por Giuseppe Varaschin.

coelho ou a uma parte não destacada de coelho, sabemos que esta teoria está errada, já que qualquer teoria deve ser julgada pela sua habilidade de nos fornecer certos resultados – e um dos resultados que esperamos de uma teoria do significado é a capacidade de fazer essas distinções.

Ocorre, porém, que, quando tentamos aplicar as pressuposições behavioristas de Quine para interpretar a linguagem de uma tribo com a qual não tivemos, antes, nenhum contato, descobrimos ser impossível sustentar essas distinções como fatos objetivos a respeito da sua linguagem. É essa a conclusão do famoso argumento da *indeterminação da tradução* (Quine, 2013). É por isso que, segundo Searle, esse argumento possui a forma de uma *reductio ad absurdum* do behaviorismo:

Suponha-se, por exemplo, que eles [os nativos] gritassem “Gavagai!” toda vez que um coelho corresse por perto, e que tentássemos traduzir isso para a nossa língua como “Olha um coelho!” ou só “Coelho!”. O estímulo – que, lembre-se, é definido inteiramente em função de estimulações dos terminais nervosos – seria igualmente adequado para traduzir “Gavagai!” como “Olha uma parte não destacada de coelho!”. O mesmo padrão de estimulações das células fotorreceptoras admite as três traduções. Assim, se só importassem para o significado os padrões de estímulo e resposta, seria impossível discriminar significados que na verdade são discrimináveis. Eis a *reductio ad absurdum*. (Searle, 1987, p. 124-125).

O behaviorismo linguístico proposto por Quine como alternativa ao “mito do museu” deixa a desejar porque não consegue dar explicação alguma para um fato objetivo a respeito do mundo real, a saber, o fato de que nós concebemos o significado de “coelho” como diferente daquele de “parte não destacada de coelho”. Ademais, leva-nos à esdrúxula conclusão de que não há diferença entre falarmos de um coelho ou falarmos de uma parte não destacada de coelho.

É fundamental perceber, para que nossa *reductio* seja válida, que ainda que coletássemos outros padrões de estímulo e resposta dessa tribo imaginária, não conseguiríamos fazer as distinções necessárias. Mesmo que aprendêssemos uma expressão que traduzíssemos para a nossa língua como “o mesmo que”, e indagássemos a um dos nativos, após uma segunda aparição do *gavagai* se este é “o mesmo” *gavagai*, não resolveríamos o problema, pois como o próprio Quine enfatiza, as mesmas dúvidas que pairavam sobre “gavagai” agora pairariam sobre a expressão “é o mesmo que”. Se considerarmos estritamente a adequação entre estímulo e resposta, poderíamos traduzi-la igualmente por “faz parte de”, por exemplo. A conclusão a que somos levados é a seguinte:

Pressuposto o behaviorismo linguístico, haverá inúmeras traduções diferentes e incompatíveis, podendo todas elas ser postuladas compatíveis com todos os dados reais e possíveis, em relação à totalidade das disposições de fala dos falantes nativos. Os dados comportamentais não nos permitem escolher entre uma tradução e outra, ainda que as duas sejam incompatíveis. (Searle, 1987, p. 125).

Lembremos também que, para Quine, a unidade de análise para realizar um teste empírico de tradução são as chamadas sentenças observacionais; somente estas possuem um “significado de estímulo” bem determinado. O problema é que “Coelho!”, “Parte não destacada de coelho!”, “Instanciação da Forma platônica ‘Coelho!’”, “Momento na vida de um coelho!”, “Algo está coelhando!” têm todas o mesmo significado de estímulo: as situações de estimulação que provocam assentimento a todas elas são as mesmas. São, portanto, na sua própria definição de sinonímia, sinônimas. O engodo está justamente nessa concepção de “significado de estímulo”, porque nós sabemos que todas essas frases, embora tenham o mesmo significado de estímulo, não têm, em nenhum sentido razoável do termo, o mesmo significado.

Como sabemos que não têm o mesmo significado? Sabemos isso imediatamente, por nossa própria experiência. A tese da indeterminação conduz à consequência absurda de que a indeterminação do significado, e, portanto, a inescrutabilidade da referência – já que o significado determina a referência – se aplicam ao caso da primeira pessoa. Como ressalta Searle:

Se o argumento é válido, ele significa necessariamente que não há nenhuma diferença *para mim* entre *querer dizer* coelho ou estágio de coelho, e disso se conclui ainda que não há nenhuma diferença para mim entre fazer referência a um coelho e fazer referência a um estágio de coelho (...). E tudo isso é consequência da suposição behaviorista de que o único significado que existe é o significado behaviorista. Tão logo admitamos que (em se tratando do “significado de estímulo” do behaviorista) “Olhe um coelho” e “Olhe um estágio de coelho” são “sinônimos quanto ao estímulo”, todo o resto vem a reboque, porque, com base na hipótese behaviorista, não há nenhum outro tipo de significado ou sinonímia objetivamente real (Searle, 1987, p. 130-131).

Isso não quer dizer que nunca saberemos ao certo se o nativo quis dizer “coelho” ou “parte de coelho”, e sim que, na realidade, não há *o que* saber. Não há um fato sobre o significado a mais, além do estímulo e do comportamento a ele associado. Desde o princípio do argumento, Quine se recusou a apelar a qualquer noção mentalista do significado. O argumento da indeterminação da tradução não é – como é comum se considerar – uma refutação do mentalismo. É uma derivação das consequências (a nosso ver, absurdas) do behaviorismo. O behaviorismo é, portanto, o ponto de partida do argumento, e não aquilo que ele deseja provar, e o mentalismo nem entra em questão, pois já está desde o princípio descartado.

É nesse sentido que a objeção que Chomsky (1968) fez ao argumento de Quine parece-nos problemática. Chomsky supõe que o argumento de Quine é trivial, porque não passa de uma reiteração da já conhecida subdeterminação das hipóteses formuladas a partir de dados empíricos. Porque toda hipótese afirma algo que vai além dos dados observados – ou mesmo observáveis –, sempre haverá hipóteses incompatíveis entre si que

serão, igualmente, compatíveis com a totalidade dos dados. Entretanto, a subdeterminação é mais fraca do que a indeterminação, pois não implica que não haja um fato objetivo acerca do significado: este fato é apenas não conhecido. A indeterminação da tradução coloca em questão a própria existência de algo que corresponda ao significado.

Se ainda se tem alguma dúvida sobre o quão problemáticas são as conclusões de Quine no que concerne à natureza do significado, deve-se recordar que

todo o argumento sobre ‘gavagai’ só foi compreendido por mim (ou por você) porque, com base em nós mesmos, conhecemos a diferença entre querer dizer coelho, estágio de coelho, parte de coelho etc. (...) Se a tese da indeterminação fosse realmente verdadeira, não seríamos capazes nem sequer de entender sua formulação, pois, quando nos disseram que não haveria “fato objetivo” a respeito da correção da tradução entre coelho e estágio de coelho, não teríamos sido capazes de ouvir, para começar, nenhuma diferença (objetivamente real) entre as duas expressões em nossa língua (Searle, 1987, p. 131).

Ou seja, o argumento de Quine só é inteligível para nós porque ele está errado. Se não houver nenhuma realidade objetiva acerca do significado para além do significado de estímulo – como ele afirma – “coelho”, “estágio de coelho”, “parte não destacada de coelho” e todo um rol ilimitado de expressões cada vez mais disparatadas seriam sinônimas no único sentido plausível de sinonímia – o de serem respostas ao mesmo conjunto de receptores ativados –; e nós não deveríamos sentir o desconforto que sentimos quando tomamos conhecimento do argumento de Quine. Deveríamos dizer “ora, claro, qual é o problema? Coelho, parte de coelho, instanciamento da Forma platônica ‘coelho’, é tudo a mesma coisa!”. Todavia, não é essa a nossa reação, e o argumento nem funcionaria se assim fosse. Sabemos, por nossa própria experiência, que há mais no significado do que o seu correspondente em termos de estímulo. E o argumento de Quine só torna esse ponto ainda mais patente para nós. Se uma análise puramente extensional, ou externalista, que busca elucidar os significados não dá conta de explicar como somos capazes de fazer certas distinções que fazemos – e essas distinções devem ser tomadas como *fatos* sobre o mundo real – devemos poder dizer que essa perspectiva não é suficiente. Se a rejeição do mito do museu implica a indeterminação da tradução, sabemos que a rejeição do mito do museu é falsa, e que, portanto, alguma versão do mito do museu – que é simplesmente um nome pouco simpático ao mentalismo – deve ser verdadeira.

Mas e os problemas que Quine apontou, independentemente da tese da indeterminação, no mito do museu de significado? Abordaremos mais tarde a alegação de que o mentalismo não tem poder explicativo, porém, desde já podemos afirmar que o behaviorismo *também* não o tem, porque, como vimos, não dá conta de nos explicar como somos capazes de fazer certas distinções que fazemos.

O crítico do mentalismo, se não quiser se manter imerso em um ceticismo extremo, tem de oferecer um método semântico que evite qualquer referência a entidades mentais e que obtenha, além disso, através de meios mais simples, essencialmente os mesmos resultados que os outros métodos. É exatamente isso que Quine não conseguiu fazer com sua alternativa dita “empírica”.

E quanto à alegação, feita nos *Dois Dogmas do Empirismo* , de que nos falta uma definição não circular da analiticidade e do conceito de significado no sentido intensional? Neste ponto seguiremos a argumentação de Searle (1969).

De acordo com Searle (1969), toda a argumentação de Quine nos *Dois Dogmas* se assenta sobre um argumento da seguinte forma: “não temos uma análise ou um critério para o conceito C, portanto nós não compreendemos propriamente C, e, até que providenciemos análise e critério para C, é de certo modo ilegítimo [usá-lo]” (Searle, 1969, p. 5).

Primeiramente, prossegue Searle, o que se quer dizer por “critério” nessas discussões já é algo faccioso em favor de uma determinada tendência. Definir a sinonímia em termos do significado, por exemplo, já seria, de algum modo, fornecer um critério para a sinonímia: duas palavras são sinônimas quando compartilharem o mesmo significado. É exatamente isso que diríamos se alguém nos perguntasse o que é sinonímia, e seria uma resposta satisfatória, pois forneceria um critério claro o bastante, ao menos para fins práticos.

Porém, é claro, há o problema de que esse critério ainda depende da noção de significado, quando é precisamente ela que está em apuros. O que se quer é um critério objetivo – behaviorista, no caso de Quine – para a aplicação dos conceitos de sinonímia e analiticidade. Contudo, novamente aí, o behaviorismo entra como pressuposto, e não como conclusão ou hipótese. Pressupõe-se que “todas as explicações não extensionais não são explicações de maneira nenhuma, e que qualquer conceito que não seja explicado extensionalmente é defeituoso” (Searle, 1969, p. 10). Ora, mas não é de se surpreender que o conceito intensional de significado não seja explicável extensionalmente. Segue-se, por sinal, da sua própria definição. O mentalista já sustenta que a linguagem intensional é irreduzível à linguagem extensional – que, por exemplo, o significado não é simplesmente uma “propriedade do comportamento”, como declarou Dewey – e não precisa que Quine o informe disso. Ademais, Quine não nos oferece, em nenhum momento, razão para pensar o contrário. Aliás, seu argumento da *indeterminação da tradução* parece ser um bom motivo para sustentarmos esse mentalismo – já que mostra que, quando tentamos reduzir os significados a correlações entre estímulos e respostas (prescindir, portanto, de termos intensionais), chegamos a resultados absurdos. A dita “refutação” quineana da analiticidade, da sinonímia e, por fim, do próprio significado concebido

como intensão, não surpreende o mentalista, pois, aos seus olhos parece novamente uma petição de princípio.

Quando Quine pressupõe que só há explicações extensionais, não é nenhuma surpresa que sua conclusão seja que termos irreduzivelmente intensionais são “completamente inúteis” para a linguística como ciência. A falha, para nós, está justamente na sua avaliação demasiadamente restrita do que deva ser a linguagem científica. O mentalista, que rejeita que os significados sejam redutíveis ao comportamento, não deve se espantar que Quine, ao tentar definir a analiticidade e a sinonímia – noções que dependem da noção de significado – em termos puramente extensionais, não obtenha muito êxito. O projeto está, no seu modo de ver, condenado ao insucesso desde o começo.

Searle conclui, a respeito da suposta refutação de Quine dos conceitos tradicionais de sinonímia, analiticidade e significado:

O tipo de argumento que seleciona um conceito que é de uso comum sobre o qual há um acordo geral (...) no que diz respeito a sua aplicabilidade e diz que esse conceito é, de algum modo, defectivo, porque não há critérios de um certo tipo para sua aplicabilidade, não poderá jamais provar que esse conceito não é compreendido ou é inválido. O máximo que esse argumento poderia mostrar é que não é apropriado exigir um critério do tipo proposto (Searle, 1969, p. 10).

E é precisamente isso que queremos afirmar. Quando Quine mostra que não há um critério puramente formal ou extensional que nos esclareça as noções de analiticidade, sinonímia ou significado, ele só consegue mostrar precisamente isso: que não podemos exigir esse tipo de critério para explicar essas noções. Isso não nos mostra, de modo algum, que essas noções sejam infundadas ou ilegítimas. Do contrário, sabemos independentemente que elas são bem fundadas – porque até mesmo para reconhecer, por exemplo, por que um determinado critério extensional não explica bem a noção de analiticidade, precisamos compreendê-la em primeiro lugar.

É certo que ainda restam muitas perguntas não respondidas a respeito do mentalismo, e não pretendemos responder a todas elas. Uma primeira pergunta que poderíamos fazer é: afinal, para o mentalista, que tipo de coisas são os significados?

Não há unanimidade a respeito desse ponto. Segundo Searle (2002), os significados dos termos e das sentenças teriam sua intencionalidade derivada da intencionalidade primitiva da mente humana, cujos estados intencionais nada mais são do que representações de condições de satisfação. Uma afirmação – que é regida pelas regras constitutivas desse tipo de ato de fala – tem sua intencionalidade derivada de uma crença, que é um estado intencional. Esse estado intencional possui um conteúdo proposicional – suas condições de satisfação – e um modo psicológico – sua direção de ajuste. Uma crença, por exemplo, por ser o tipo de estado intencional

que pode ser verdadeiro ou falso (ao contrário dos desejos), e é caracterizado como tendo uma direção de ajuste “mente-mundo”, isto é, trata-se de mudar a mente para adequar-se ao mundo. E nisso consistirá o sucesso ou insucesso do estado intencional da crença. Se o estado de coisas do mundo corresponde ao conteúdo proposicional de uma afirmação – que, lembremos, é a expressão de uma crença –, dizemos que essa crença e essa afirmação são verdadeiras. O fato de os atos de fala significarem, então, depende de que nós “emprestemos” a eles a intencionalidade da nossa mente.

Conclusão

A conclusão principal deste artigo é que o ponto de vista cognitivista invalida o ponto de vista lógico adotado por Quine. Ainda que um número indefinido de significados possa ser derivado de uma mesma cena no mundo, nem todos os significados são igualmente aceitáveis de um ponto de vista cognitivo. Isso vale tanto para o uso, quanto para a aquisição da linguagem. Se, como quer Quine, “a tradução radical começa em casa” (QUINE, 1969, p. 46), quando a criança se vê diante da língua incompreensível de seus pais, seria impossível que ela viesse a dominá-la se fosse preciso se dar ao trabalho – consciente ou inconsciente – de montar um “manual de tradução” a partir de “hipóteses analíticas” sobre os significados de todas as palavras do léxico. Isso porque, como Quine mesmo parece sugerir, as possibilidades de tradução de cada termo são ilimitadas, e não há nenhum dado possível que nos permita decidir entre uma ou outra.

Seria provável, se pensarmos assim, que ninguém nunca saiba sobre o que está efetivamente falando. No entanto, é muito mais plausível sugerirmos que a criança já nasce biologicamente predisposta a categorizar o mundo de uma maneira determinada e a pressupor – corretamente – que seus pais também o fizeram da mesma maneira.

De acordo com Pinker (2002), essa harmonia pré-estabelecida entre a mente dos filhos e dos pais, e, além disso, entre a mente dos seres humanos e a estrutura do mundo é fruto da evolução, que privilegia os seres capazes de fazer predições corretas sobre como o mundo funciona. A categorização também tem um valor de sobrevivência claro, pois nos permite inferir certas propriedades de uma entidade – as quais não são imediatamente observáveis – a partir de propriedades que de fato conseguimos observar. Se algo tem orelhas longas e peludas, então é provável que este algo seja um coelho; e se for um coelho, fará coisas que coelhos fazem. Também por isso preferimos, inicialmente, categorias médias como “coelho”, e não muito gerais como “entidade” ou muito particulares como “Jersey Woolly” (raça de coelho). Quanto mais genérico e abstrato o conceito, menos ele nos permite fazer predições sobre o comportamento da entidade sob o qual a categorizamos. Por outro lado, descrições muito específicas e

contingentes não são interessantes do ponto de vista cognitivo, embora sejam possíveis do ponto de vista lógico. Assim, embora seja uma possibilidade lógica, “parte não destacada de coelho” não surgiria como possibilidade na cabeça de uma criança (ou de qualquer pessoa com bom senso) (Pinker, 2002, p. 189).

Quine seria, então, uma pessoa sem bom senso? Na verdade, Quine chega a admitir a existência de um repertório conceitual comum a todos os homens. Isso põe em cheque a sua teoria da indeterminação da tradução e também sua negação do significado como entidade mental.

A unidade da natureza humana, que é um pressuposto da perspectiva mentalista e cognitivista sobre a linguagem (Pinker, 2008), assegura-nos de que não haverá nenhuma tribo humana tão exótica a ponto de não possuir uma semântica estruturalmente semelhante à nossa. Seja porque a intencionalidade é um fenômeno biológico, seja porque nascemos com conteúdos mentais inatos, haverá uma semelhança na forma como percebemos o mundo e como falamos sobre ele. Este é também um dos postulados da linguística cognitiva (Langacker, 1987; Talmy, 2003). O próprio Quine (2011) argumenta neste sentido da homogeneidade conceptual das estruturas linguísticas:

Se aceitarmos esse fundo presumivelmente comum de conceitualização, podemos passar a trabalhar com a suposição de que nosso falante de kalaba ou nosso falante de português, observados em situações exteriores, diferem apenas no modo como dizem as coisas, e não naquilo que dizem. (Quine, 2011, p. 92)

Ou até, como já suspeitara o Aristóteles, “as paixões da alma (...) são as mesmas em toda parte” (Aristóteles, 2005, p. 81).

Referências

- AYER, A. J. 1986. *Lenguaje, verdade y lógica*. 1ª ed., Barcelona, Planeta-Agostini, 189 p.
- ARISTÓTELES. 2005. *Órganon*. 1ª ed., Bauru, Edipro, 608 p.
- CARNAP, R.; SCHLICK, M. 1980. *Os Pensadores*. 1ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 254 p.
- CHOMSKY, N. 1968. Quine’s Empirical Assumptions. *Synthese*, 19(1):53-68. <http://dx.doi.org/10.1007/BF00568049>
- DEWEY, J. 1929. *Experience and Nature*. 1ª ed., London, George Allen & Unwin, 437 p.
- GIBSON, R. 1986. *The Philosophy of W.V. Quine: an expository essay*. 1ª ed., Tampa, University of South Florida Press, 218 p.
- LANGACKER, R. W. 1987. *Foundations of Cognitive Grammar: Theoretical prerequisites*. 1ª ed., Stanford, Stanford University Press, 540 p.
- PINKER, S. 2002. *O instinto da linguagem*. 1ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 627 p.
- PINKER, S. 2008. *Do que é Feito o Pensamento*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 517 p.
- QUINE, W.V.O. 1969. *Ontological relativity and other essays*. 1ª ed., New York, Columbia University Press, 165 p.
- QUINE, W.V.O. 1981. *Theories and Things*. 1ª ed., Cambridge, Harvard University Press, 219 p.
- QUINE, W.V.O. 1994. *The Ways of Paradox and other essays*. 3ª ed., Harvard, Harvard University Press, 335 p.
- QUINE, W.V.O. 2011. *De um Ponto de Vista Lógico*. 1ª ed., São Paulo, Editora Unesp, 245 p.
- QUINE, W.V.O. 2013. *Word and Object*. 2ª ed., Cambridge, MIT Press, 277 p.
- SEARLE, J.R. 1969. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. 1ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 198 p.
- SEARLE, J.R. 1987. Indeterminacy, Empiricism, and the First Person. *The Journal of Philosophy*, 84(3):123-146. <http://dx.doi.org/10.2307/2026595>
- SEARLE, J.R. 1992. *The Rediscovery of Mind*. 1ª ed., Cambridge, MIT Press, 261 p.
- SEARLE, J.R. 2002. *Intencionalidade*. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 390 p.
- TALMY, L. 2003. *Toward a Cognitive Semantics*. 1ª ed. Cambridge, MIT Press, 573 p.
- WITTGENSTEIN, L. 1991. *Os Pensadores*. 5ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 222 p.

Recebido em 10/09/2013
Aceito em 31/10/2013

Heronides Moura

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão, Bloco B, sala 315,
88.040-970, Campus Universitário, Trindade,
Florianópolis, SC, Brasil

Giuseppe Freitas da Cunha Varaschin

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão, Bloco B, sala 315,
88.040-970, Campus Universitário, Trindade,
Florianópolis, SC, Brasil.